



Ministério da Saúde
Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos

OFÍCIO Nº 408/2025/ASPAR/MS

Brasília, 03 de abril de 2025.

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Federal Carlos Veras

Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Referência: Requerimento de Informação nº 5/2025

Assunto: *Informações a respeito da notícia que mais de 65% dos municípios brasileiros, enfrentam o desabastecimento de Vacinas.*

Senhor Primeiro-Secretário,

1. Cumprimentando-o cordialmente, em atenção ao Ofício nº 18/2025, proveniente da Primeira Secretaria da Câmara dos Deputados, referente ao **Requerimento de Informação nº 5/2025**, de autoria do **Deputado Federal Gustavo Gayer - PL/GO**, por meio do qual são requisitadas informações *a respeito da notícia que mais de 65% dos municípios brasileiros, enfrentam o desabastecimento de Vacinas*, sirvo-me do presente para encaminhar as informações prestadas pelas áreas técnicas da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, por meio de Despacho (0046582623), validado pelo Secretário Substituto através de Despacho (0046898605).
2. Desse modo, no âmbito do Ministério da Saúde, essas foram as informações exaradas pelo corpo técnico sobre o assunto.
3. Sem mais para o momento, este Ministério permanece à disposição para eventuais esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

Ministro de Estado da Saúde



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Rocha Santos Padilha, Ministro de Estado da Saúde**, em 17/04/2025, às 17:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0047041353** e o código CRC **90D75338**.

Referência: Processo nº 25000.016345/2025-72

SEI nº 0047041353

Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos - ASPAR
Esplanada dos Ministérios, Bloco G - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70058-900
Site - saude.gov.br



Ministério da Saúde
Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente
Coordenação de Demandas de Órgãos Externos de Vigilância em Saúde

DESPACHO

SVSA/COEX/SVSA/MS

Brasília, 12 de março de 2025.

À Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos (ASPAR/MS),

Assunto: Requerimento de Informação nº 5/2025.

NUP/SEI N.º 25000.016345/2025-72

1. Trata-se do Despacho ASPAR/MS, de 06/02/2025 (0045939108), pelo qual a Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos encaminha o **Requerimento de Informação nº 5/2025**, de autoria do Deputado Federal GUSTAVO GAYER - PL/GO, por meio do qual requisita a Senhora Ministra de Estado da Saúde, Nísia Trindade Lima, informações **a respeito da notícia que mais de 65% dos municípios brasileiros, enfrentam o desabastecimento de Vacinas**, nos seguintes termos:

- 1- O que o governo federal alega como as principais causas para o desabastecimento de vacinas em 65% dos municípios brasileiros?
- 2- Quais as falhas logísticas ou de produção que contribuíram para essa escassez? Quais medidas estão sendo tomadas para resolver essas questões de forma urgente?
- 3- Como o governo pretende mitigar os impactos desse desabastecimento no Calendário Nacional de Imunização?
- 4- Quais ações imediatas estão sendo planejadas para garantir a continuidade e a eficácia das campanhas de vacinação, especialmente contra doenças graves como covid-19, difteria, tétano, coqueluche e varicela?
- 5- Quais vacinas essenciais, como as contra covid-19, difteria e tétano, estão com maior déficit de abastecimento? O governo tem um plano para priorizar a distribuição dessas vacinas, especialmente para grupos vulneráveis como crianças, idosos e profissionais da saúde?
- 6- Quais medidas estão sendo adotadas pelo governo para regularizar o abastecimento de vacinas em todo o país? Existe um cronograma claro para garantir que todos os municípios recebam a quantidade necessária de imunizantes, e em que prazo esse problema será resolvido?
- 7- O governo federal está coordenando de maneira eficiente com os governos estaduais e municipais para resolver esse desabastecimento? Como está sendo feita a distribuição das vacinas e quais são os critérios adotados para garantir que os municípios mais afetados sejam atendidos com prioridade?
- 8- Quais medidas o governo federal está tomando para assegurar a transparência na gestão e distribuição de vacinas durante esse período de escassez? Existe um processo de monitoramento contínuo dos estoques e das necessidades de cada município, para evitar novos desabastecimentos no futuro?
- 9- O governo está considerando revisar as políticas públicas de abastecimento de vacinas no Brasil? Que mudanças estão sendo planejadas para garantir que o desabastecimento não se repita, especialmente em um momento de crescente demanda por vacinas essenciais?
- 10- Qual a estimativa do impacto do desabastecimento de vacinas na saúde pública brasileira? Como o governo planeja compensar a suspensão ou adiamento da vacinação e evitar o retorno de surtos de doenças que podem ser evitadas com vacinação?
- 11- Quais ações estão sendo tomadas pelo governo para informar a população sobre o desabastecimento e as alternativas disponíveis? Como o governo pretende garantir que a população continue confiante nos programas de vacinação, mesmo diante desse cenário de escassez?
- 12- Como o governo está garantindo que os recursos destinados à compra de vacinas sejam adequadamente alocados e utilizados para a aquisição de imunizantes de maneira eficiente? Existe uma fiscalização rigorosa sobre os processos de compra e distribuição de vacinas?

2. A demanda foi direcionada ao Departamento do Programa Nacional de Imunizações (DPNI/SVSA), de modo que o referido Departamento exarou a manifestação constante da Nota Técnica Conjunta nº 112/2025 - DPNI/SVSA/MS (0046505151), **respondendo aos quesitos supra**, conforme segue:

1. O que o Governo Federal alega como as principais causas para o desabastecimento de vacinas em 65% dos municípios brasileiros?

O Ministério da Saúde dispõe de orçamento garantido, contratos de aquisição de imunobiológicos e cronogramas de entregas de imunizantes definidos com os fornecedores para todas as vacinas integrantes do Calendário Nacional de Imunizações. Ademais, realiza, de forma regular, o envio de doses de imunobiológicos para os estados, os quais, por sua vez, são responsáveis por abastecer os municípios. Portanto, não há que se falar em desabastecimento generalizado no território nacional, conforme apontado no Requerimento de Informação nº 5/2025.

2- Quais as falhas logísticas ou de produção que contribuíram para essa escassez? Quais medidas estão sendo tomadas para resolver essas questões de forma urgente?

Como dito, não há que se falar em escassez, considerando que o Ministério da Saúde adota estratégias contínuas para assegurar o cumprimento do Calendário Vacinal e garantir a proteção da população com a imunização.

No entanto, ao longo do ano de 2024, a Pasta enfrentou desafios pontuais, decorrentes de atrasos nas entregas por parte dos fornecedores ou provenientes de questões relacionadas ao controle de qualidade dos produtos, o que ocasionou um contingenciamento temporário nos envios. No intuito de mitigar qualquer risco de desabastecimento, foram implantadas medidas estratégicas, o que inclui a diversificação de fornecedores de vacinas, com o propósito de assegurar a regularidade no fornecimento dos imunobiológicos e a manutenção da cobertura vacinal em todo território nacional.

Ademais, a Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente desta Pasta ministerial encaminhou às autoridades competentes, o Ofício Circular nº 82/2025/SVSA/MS (SEI nº 0046507564), com Nota Técnica nº 17/2025 - DPNI/SVSA/MS (SEI nº 0046507429) e Anexo VI 2ª versão (SEI nº 0046507470), com orientações para a substituição de vacinas nos casos pontuais de atrasos decorrentes de problemas com o produtor/fornecedor, com qualidade e logística de imunobiológicos, dentre outros, para mitigar qualquer risco à continuidade das ações de vacinação no País.

3- Como o governo pretende mitigar os impactos desse desabastecimento no Calendário Nacional de Imunização?

Conforme exposto, para mitigar qualquer risco de desabastecimento, o Ministério da Saúde adotou estratégias técnicas, o que inclui a diversificação dos fornecedores de vacinas, de forma a assegurar a regularidade no fornecimento dos imunobiológicos e as orientações técnicas para a substituição de imunobiológicos nos casos necessários.

Dessa forma, as ações empreendidas pelo Governo Federal estão direcionadas à manutenção da oferta de vacinas, para garantir a continuidade das campanhas de vacinação e a efetividade do Calendário Nacional de Vacinação.

4- Quais ações imediatas estão sendo planejadas para garantir a continuidade e a eficácia das campanhas de vacinação, especialmente contra doenças graves como covid-19, difteria, tétano, coqueluche e varicela?

O Ministério da Saúde, por intermédio do Programa Nacional de Imunizações (PNI), adota um processo de aquisição de insumos rigorosamente definido, fundamentado em planejamento estratégico que considera dados históricos de distribuição, solicitações e número de doses aplicadas, bem como a manutenção do estoque estratégico. A distribuição dos imunobiológicos é realizada de forma regular, observando a estratégia nacional do programa e a demanda específica de cada unidade federativa, de modo a garantir a disponibilidade de vacinas à população, em conformidade com os princípios da eficiência e continuidade das políticas públicas de saúde.

Além disso, a Pasta destinará, em 2025, um incentivo de custeio de R\$ 150 milhões para fortalecer a vacinação nas instituições educacionais de ensino infantil e fundamental em todo o país e promover ações para atualização da situação vacinal de crianças e de adolescentes menores de 15 anos, considerando ações de intensificação de vacinação na rotina.

Essa iniciativa busca melhorar as coberturas vacinais das vacinas do Calendário Nacional de Vacinação, com foco especial para a prevenção da febre amarela, sarampo, caxumba, rubéola, difteria, tétano, coqueluche, doença meningocócica pelos sorogrupos A, C, W e Y, papilomavírus, varicela além da COVID-19.

Estão ainda previstas ações de comunicação para mobilização, voltadas à informação acerca das vacinas e da sua importância para saúde pública, reduzindo a infodemia e a hesitação vacinal, favorecendo a adesão à vacinação. Ações estas contempladas no “Movimento Nacional pela Vacinação” e fortalecimento do calendário de vacinação de rotina.

5- Quais vacinas essenciais, como as contra covid-19, difteria e tétano, estão com maior déficit de abastecimento? O governo tem um plano para priorizar a distribuição dessas vacinas, especialmente para grupos vulneráveis como crianças, idosos e profissionais da saúde? (CGICI)

Conforme devidamente exposto no item 1, inexistiu déficit de abastecimento em qualquer das vacinas essenciais mencionadas, assim como nas demais que integram o Calendário Nacional de Imunizações. No entanto, há desafios pontuais quanto à vacina contra varicela. Para mitigar essa questão, a Pasta tem adotado ações estratégicas, estimando-se a normalização dos estoques ainda no primeiro semestre de 2025.

Ademais, segue a relação das vacinas mencionadas, bem como as medidas implementadas por esta Pasta para reduzir o risco de desabastecimento, assegurando a continuidade da distribuição.

Covid-19: Não há desabastecimento no país. O Ministério da Saúde concluiu no final de 2024 um pregão para a aquisição de até 69 milhões de doses, que serão suficientes para atender à demanda nacional pelos próximos dois anos. As doses estão sendo entregues de forma gradual, conforme a necessidade, por meio de ata de registro de preços, desta forma será possível garantir maior flexibilidade nas entregas, evitar compras excessivas e o desperdício de vacinas. Cumpre informar que a execução de dois instrumentos decorrentes da referida ata foi devidamente concluída, restando os entes federativos devidamente abastecidos. Esta vacina está sendo contemplada no Calendário Nacional de Vacinação 2025, na rotina, para a população infantil, gestantes e idosos, sendo, ainda, recomendada para grupos com maior vulnerabilidade para o agravamento, caso adoeçam.

DTP: Não houve falta de vacinas com o componente difteria-tétano-pertussis. Diante do atraso no cronograma de entrega da DTP, o Ministério da Saúde garantiu a vacinação das crianças brasileiras por meio da substituição temporária pela vacina pentavalente, que, além de proteger contra difteria, tétano e coqueluche, também confere imunização contra hepatite B e Haemophilus influenzae tipo B (HiB). No entanto, em outubro de 2024, foram recebidas 4.000.000 de doses da vacina DTP, com a distribuição normalizada a partir de novembro do mesmo ano. Em janeiro e fevereiro de 2025 a demanda dos estados foi atendida 100%.

Varicela: Dificuldades regulatórias e operacionais enfrentadas pelo laboratório parceiro comprometeram o cumprimento das obrigações contratuais. Portanto, foi solicitado o apoio de organismo internacional, resultando na compra de 2,7 milhões de doses que serão entregues de maneira fracionada. Ademais, foi celebrado contrato com outro fornecedor nacional para o fornecimento de 5,5 milhões de doses. Deste modo, havendo o cumprimento do cronograma estabelecido em contrato, estima-se que a normalização dos estoques deva ocorrer no primeiro semestre de 2025.

O PNI contempla um Calendário Nacional de Vacinação que atende todos os ciclos de vida (crianças, adolescentes, adultos, gestantes, idosos), em alinhamento às recomendações da Organização Mundial de Saúde e à luz das evidências epidemiológicas e científicas. Disponível em: < <https://www.gov.br/saude/pt-br/vacinacao> >.

O DPNI promove, ainda, estratégias especiais de vacinação voltadas à atenção às diversidades geográficas e socioculturais do país, além de atender as vulnerabilidades de grupos específicos, a exemplo da “Operação Gota” voltada

para a vacinação dos povos e comunidades indígenas, ribeirinhas e quilombolas; vacinação de viajantes e em áreas de fronteiras; vacinação na escola; além da vacinação contra a dengue, covid-19 e influenza. Contempla também respostas oportunas à emergências em saúde pública.

6- Quais medidas estão sendo adotadas pelo governo para regularizar o abastecimento de vacinas em todo o país? Existe um cronograma claro para garantir que todos os municípios recebam a quantidade necessária de imunizantes, e em que prazo esse problema será resolvido?

O Ministério da Saúde, visando mitigar quaisquer riscos de desabastecimento, tem adotado a diversificação de fornecedores como estratégia para ampliar a segurança no suprimento, reduzir a dependência de fontes únicas e garantir a estabilidade na distribuição dos imunizantes, assegurando a continuidade das ações de imunização em âmbito nacional. Ademais, no que diz respeito a distribuição aos municípios, é importante frisar que a gestão dos estoques estaduais de insumos estratégicos de interesse da Vigilância em Saúde, incluindo o armazenamento e o abastecimento aos municípios, é de responsabilidade das Secretarias Estaduais de Saúde, nos termos da Portaria de Consolidação nº 4, Seção II – Dos Estados, Art. 9º, inciso XVII.

Ressalta-se que a otimização do uso dos estoques de vacinas é essencial para garantir a eficácia do Programa Nacional de Imunizações (PNI), sendo a Atenção Primária à Saúde um agente fundamental nesse processo, utilizando seu conhecimento do território para localizar o público-alvo, resgatar não vacinados e ampliar o acesso à imunização.

A coordenação entre as três esferas de gestão do SUS é essencial para garantir abastecimento adequado das salas de vacina, distribuição eficiente e uso racional dos estoques. O compromisso com economicidade, qualidade e eficiência na imunização é continuamente trabalhado pelo Ministério da Saúde em parceria com os Conselhos de Saúde, assegurando a integração das responsabilidades tripartites.

7- O governo federal está coordenando de maneira eficiente com os governos estaduais e municipais para resolver esse desabastecimento? Como está sendo feita a distribuição das vacinas e quais são os critérios adotados para garantir que os municípios mais afetados sejam atendidos com prioridade?

O Ministério da Saúde coordena de maneira eficiente e estratégica a distribuição nacional de vacinas, assegurando o abastecimento aos estados por meio de orçamento garantido, contratos vigentes e cronogramas de entrega pactuados com os fornecedores. Essa coordenação permite que os imunobiológicos cheguem de forma contínua e segura às unidades federativas. Ressalta-se que, nos termos da Portaria de Consolidação nº 4, Seção II – Dos Estados, Art. 9º, inciso XVII, a gestão dos estoques estaduais e o abastecimento dos municípios são de responsabilidade das Secretarias Estaduais de Saúde. Assim, o Ministério da Saúde mantém um fluxo estável de vacinas, permitindo que os estados organizem a distribuição local e priorizem as áreas mais afetadas, garantindo resposta ágil e alinhada às necessidades regionais.

8 - Quais medidas o governo federal está tomando para assegurar a transparência na gestão e distribuição de vacinas durante esse período de escassez? Existe um processo de monitoramento contínuo dos estoques e das necessidades de cada município, para evitar novos desabastecimentos no futuro?

O Ministério da Saúde, reafirmando seu compromisso com a transparência e o direito à informação no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), lançou o Painel Interativo de Distribuição de Vacinas, disponível no seguinte link: https://infoms.saude.gov.br/extensions/SEIDIGI_DEMAS_DISTRIBUICAO_VACINA/SEIDIGI_DEMAS_DISTRIBUICAO_VACINA.html. A ferramenta disponibiliza dados detalhados sobre a alocação de imunobiológicos em todo o território nacional, organizados por estado, tipo de vacina e período. Essa iniciativa fortalece a governança, amplia a rastreabilidade na gestão dos imunizantes e assegura o acesso público às informações, permitindo maior controle social e aprimoramento das estratégias de distribuição.

No que tange ao monitoramento de estoques, informa-se que o Ministério da Saúde realiza o acompanhamento rigoroso de seus estoques por meio do Sistema de Informações de Estoques (SIES). No que se refere aos estoques municipais, cumpre destacar que a gestão, o armazenamento e o transporte de insumos estratégicos são de responsabilidade das Secretarias Municipais de Saúde, nos termos da Portaria de Consolidação nº 4, Seção III, art. 11, inciso X.

9- O governo está considerando revisar as políticas públicas de abastecimento de vacinas no Brasil? Que mudanças estão sendo planejadas para garantir que o desabastecimento não se repita, especialmente em um momento de crescente demanda por vacinas essenciais?

O Programa Nacional de Imunizações (PNI) constitui, em si, a política pública que orienta e organiza as ações de imunização no Brasil, com o objetivo de proteger a saúde da população por meio da oferta universal e gratuita de vacinas. O abastecimento de imunobiológicos configura-se como uma etapa operacional e administrativa essencial à concretização dessa política, abrangendo desde a aquisição até a distribuição dos insumos, de modo a assegurar a regularidade do fornecimento e a execução do calendário vacinal. Eventuais revisões ou aprimoramentos nos processos de abastecimento são continuamente avaliados para garantir a eficiência, a continuidade e a adequada resposta às demandas de saúde pública.

Além disso, conforme exposto no item 6, a diversificação de fornecedores adotada pelo Ministério da Saúde constitui medida fundamental para a mitigação de riscos no abastecimento de imunobiológicos. Essa estratégia não apenas fortalece a segurança na cadeia de suprimentos, como também reduz a vulnerabilidade decorrente de eventuais restrições logísticas ou produtivas, garantindo maior previsibilidade e eficiência na distribuição dos imunizantes.

10-Qual a estimativa do impacto do desabastecimento de vacinas na saúde pública brasileira? Como o governo planeja compensar a suspensão ou adiamento da vacinação e evitar o retorno de surtos de doenças que podem ser evitadas com vacinação?

Não se verifica desabastecimento de vacinas no país, uma vez que o Ministério da Saúde mantém orçamento garantido, contratos vigentes e cronogramas de entrega pactuados com os fornecedores, assegurando a regularidade na distribuição dos imunobiológicos aos estados. Ainda que tenham ocorrido desafios pontuais no abastecimento de determinados imunizantes, não houve suspensão ou adiamento da vacinação, sendo adotadas medidas estratégicas para mitigar qualquer impacto sobre o Programa Nacional de Imunizações (PNI). Dessa forma, permanece garantida a proteção da população contra doenças imunopreveníveis, sem prejuízo ao calendário vacinal.

11-Quais ações estão sendo tomadas pelo governo para informar a população sobre o desabastecimento e as alternativas disponíveis? Como o governo pretende garantir que a população continue confiante nos programas de vacinação, mesmo diante desse cenário de escassez?

O Ministério da Saúde divulga periodicamente, por meio de seu sítio eletrônico oficial, informes acerca da situação de distribuição e abastecimento de imunobiológicos destinados aos entes federativos. Ademais, realiza reuniões mensais com representantes dos estados e municípios, por intermédio do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), ocasião em que o tema é regularmente discutido.

Além disso, a pasta tem promovido campanhas de conscientização, abrangendo ações publicitárias e iniciativas direcionadas ao incentivo da adesão da população às práticas de imunização, com o objetivo de ampliar as coberturas vacinais e assegurar a prevenção de doenças imunopreveníveis.

12-Como o governo está garantindo que os recursos destinados à compra de vacinas sejam adequadamente alocados e utilizados para a aquisição de imunizantes de maneira eficiente? Existe uma fiscalização rigorosa sobre os processos de compra e distribuição de vacinas?

Informa-se que todos os processos aquisitivos e os trâmites de distribuição conduzidos pelo Ministério da Saúde são submetidos à fiscalização rigorosa, tanto pelos órgãos de controle interno quanto pelos órgãos de controle externo, com vistas a assegurar a conformidade com os princípios da legalidade, transparência e eficiência na gestão e aplicação dos recursos públicos, em observância ao ordenamento jurídico vigente.

3. Ante o exposto, assentimos com o teor da manifestação técnica desta Secretaria e restituímos os autos, para as providências subsequentes.
4. Colocamo-nos à disposição para outros esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

ETHEL MACIEL

Secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente



Documento assinado eletronicamente por **Ethel Leonor Noia Maciel, Secretário(a) de Vigilância em Saúde e Ambiente**, em 13/03/2025, às 17:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0046582623** e o código CRC **0C89B312**.



Ministério da Saúde
Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente
Coordenação de Demandas de Órgãos Externos de Vigilância em Saúde

DESPACHO

SVSA/COEX/SVSA/MS

Brasília, 27 de março de 2025.

À Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos (ASPAR/MS),

Assunto: Requerimento de Informação nº 05/2025.

NUP/SEI N.º 25000.016345/2025-72

1. Trata-se do Despacho ASPAR/MS, de 06/02/2025 (0045939108), pelo qual a Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos encaminha o **Requerimento de Informação nº 05/2025**, de autoria do Deputado Federal GUSTAVO GAYER - PL/GO, por meio do qual requisita a Senhora Ministra de Estado da Saúde, Nísia Trindade Lima, informações **a respeito da notícia que mais de 65% dos municípios brasileiros, enfrentam o desabastecimento de Vacinas.**
2. Em atenção, foram prestadas as informações constantes do Despacho SVSA/COEX/SVSA/MS (0046582623), cujo teor ratificamos pelo presente com expressa anuência quanto ao prosseguimento do processo.
3. Colocamo-nos à disposição para outros esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

RIVALDO VENÂNCIO DA CUNHA
Secretário de Vigilância em Saúde e Ambiente substituto



Documento assinado eletronicamente por **Rivaldo Venancio da Cunha, Secretário(a) de Vigilância em Saúde e Ambiente substituto(a)**, em 28/03/2025, às 18:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0046898605** e o código CRC **09CE6D58**.

Referência: Processo nº 25000.016345/2025-72

SEI nº 0046898605



Ministério da Saúde
Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente
Departamento do Programa Nacional de Imunizações

NOTA TÉCNICA CONJUNTA Nº 112/2025-DPNI/SVSA/MS

1. **ASSUNTO**

1. Trata-se de **Requerimento de Informação nº 5/2025**, de autoria do Deputado Federal GUSTAVO GAYER - PL/GO, por meio do qual requisita ao Ministério da Saúde, informações *respeito da notícia que mais de 65% dos municípios brasileiros enfrentam o desabastecimento de Vacinas*, nos seguintes termos:

- 1- O que o governo federal alega como as principais causas para o desabastecimento de vacinas em 65% dos municípios brasileiros?
- 2- Quais as falhas logísticas ou de produção que contribuíram para essa escassez? Quais medidas estão sendo tomadas para resolver essas questões de forma urgente?
- 3- Como o governo pretende mitigar os impactos desse desabastecimento no Calendário Nacional de Imunização?
- 4- Quais ações imediatas estão sendo planejadas para garantir a continuidade e a eficácia das campanhas de vacinação, especialmente contra doenças graves como covid-19, difteria, tétano, coqueluche e varicela?
- 5- Quais vacinas essenciais, como as contra covid-19, difteria e tétano, estão com maior déficit de abastecimento? O governo tem um plano para priorizar a distribuição dessas vacinas, especialmente para grupos vulneráveis como crianças, idosos e profissionais da saúde?
- 6- Quais medidas estão sendo adotadas pelo governo para regularizar o abastecimento de vacinas em todo o país? Existe um cronograma claro para garantir que todos os municípios recebam a quantidade necessária de imunizantes, e em que prazo esse problema será resolvido?
- 7- O governo federal está coordenando de maneira eficiente com os governos estaduais e municipais para resolver esse desabastecimento? Como está sendo feita a distribuição das vacinas e quais são os critérios adotados para garantir que os municípios mais afetados sejam atendidos com prioridade?
- 8- Quais medidas o governo federal está tomando para assegurar a transparência na gestão e distribuição de vacinas durante esse período de escassez? Existe um processo de monitoramento contínuo dos estoques e das necessidades de cada município, para evitar novos desabastecimentos no futuro?
- 9- O governo está considerando revisar as políticas públicas de abastecimento de vacinas no Brasil? Que mudanças estão sendo planejadas para garantir que o desabastecimento não se repita, especialmente em um momento de crescente demanda por vacinas essenciais?
- 10- Qual a estimativa do impacto do desabastecimento de vacinas na saúde pública brasileira? Como o governo planeja compensar a suspensão ou adiamento da vacinação e evitar o retorno de surtos de doenças que podem ser evitadas com vacinação?
- 11- Quais ações estão sendo tomadas pelo governo para informar a população sobre o desabastecimento e as alternativas disponíveis? Como o governo pretende garantir que a população continue confiante nos programas de vacinação, mesmo diante desse cenário de escassez?
- 12- Como o governo está garantindo que os recursos destinados à compra de vacinas sejam adequadamente alocados e utilizados para a aquisição de imunizantes de maneira eficiente? Existe uma fiscalização rigorosa sobre os processos de compra e distribuição de vacinas?

1.1. Os autos são encaminhados ao Departamento do Programa Nacional de Imunizações para análise, nos termos do Despacho COEX/SVSA (0045999660).

1.2. É o breve relatório.

2. **ANÁLISE**

2.1. Em atenção aos questionamentos apresentados pelo Requerimento de Informação nº 5/2025, de autoria do Deputado Federal GUSTAVO GAYER - PL/GO, o Departamento do Programa Nacional de Imunizações apresenta as seguintes informações:

1. O que o Governo Federal alega como as principais causas para o desabastecimento de vacinas em 65% dos municípios brasileiros?

O Ministério da Saúde dispõe de orçamento garantido, contratos de aquisição de imunobiológicos e cronogramas de entregas de imunizantes definidos com os fornecedores para todas as vacinas integrantes do Calendário Nacional de Imunizações. Ademais, realiza, de forma regular, o envio de doses de imunobiológicos para os estados, os quais, por sua vez, são responsáveis por abastecer os municípios. Portanto, não há que se falar em desabastecimento generalizado no território nacional, conforme apontado no Requerimento de Informação nº 5/2025.

2- Quais as falhas logísticas ou de produção que contribuíram para essa escassez? Quais medidas estão sendo tomadas para resolver essas questões de forma urgente?

Como dito, não há que se falar em escassez, considerando que o Ministério da Saúde adota estratégias contínuas para assegurar o cumprimento do Calendário Vacinal e garantir a proteção da população com a imunização.

No entanto, ao longo do ano de 2024, a Pasta enfrentou desafios pontuais, decorrentes de atrasos nas entregas por parte dos fornecedores ou provenientes de questões relacionadas ao controle de qualidade dos produtos, o que ocasionou um contingenciamento temporário nos envios. No intuito de mitigar qualquer risco de desabastecimento, foram implantadas medidas estratégicas, o que inclui a diversificação de fornecedores de vacinas, com o propósito de assegurar a regularidade no fornecimento dos imunobiológicos e a manutenção da cobertura vacinal em todo território nacional.

Ademais, a Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente desta Pasta ministerial encaminhou às autoridades competentes, o Ofício Circular nº 82/2025/SVSA/MS (SEI nº 0046507564), com Nota Técnica nº 17/2025 - DPNI/SVSA/MS

(SEI nº 0046507429) e Anexo VI 2ª versão (SEI nº 0046507470), com orientações para a substituição de vacinas nos casos pontuais de atrasos decorrentes de problemas com o produtor/fornecedor, com qualidade e logística de imunobiológicos, dentre outros, para mitigar qualquer risco à continuidade das ações de vacinação no País.

3- Como o governo pretende mitigar os impactos desse desabastecimento no Calendário Nacional de Imunização?

Conforme exposto, para mitigar qualquer risco de desabastecimento, o Ministério da Saúde adotou estratégias técnicas, o que inclui a diversificação dos fornecedores de vacinas, de forma a assegurar a regularidade no fornecimento dos imunobiológicos e as orientações técnicas para a substituição de imunobiológicos nos casos necessários.

Dessa forma, as ações empreendidas pelo Governo Federal estão direcionadas à manutenção da oferta de vacinas, para garantir a continuidade das campanhas de vacinação e a efetividade do Calendário Nacional de Vacinação.

4- Quais ações imediatas estão sendo planejadas para garantir a continuidade e a eficácia das campanhas de vacinação, especialmente contra doenças graves como covid-19, difteria, tétano, coqueluche e varicela?

O Ministério da Saúde, por intermédio do Programa Nacional de Imunizações (PNI), adota um processo de aquisição de insumos rigorosamente definido, fundamentado em planejamento estratégico que considera dados históricos de distribuição, solicitações e número de doses aplicadas, bem como a manutenção do estoque estratégico. A distribuição dos imunobiológicos é realizada de forma regular, observando a estratégia nacional do programa e a demanda específica de cada unidade federativa, de modo a garantir a disponibilidade de vacinas à população, em conformidade com os princípios da eficiência e continuidade das políticas públicas de saúde.

Além disso, a Pasta destinará, em 2025, um incentivo de custeio de R\$ 150 milhões para fortalecer a vacinação nas instituições educacionais de ensino infantil e fundamental em todo o país e promover ações para atualização da situação vacinal de crianças e de adolescentes menores de 15 anos, considerando ações de intensificação de vacinação na rotina.

Essa iniciativa busca melhorar as coberturas vacinais das vacinas do Calendário Nacional de Vacinação, com foco especial para a prevenção da febre amarela, sarampo, caxumba, rubéola, difteria, tétano, coqueluche, doença meningocócica pelos sorogrupos A, C, W e Y, papilomavírus, varicela além da COVID-19.

Estão ainda previstas ações de comunicação para mobilização, voltadas à informação acerca das vacinas e da sua importância para saúde pública, reduzindo a infodemia e a hesitação vacinal, favorecendo a adesão à vacinação. Ações estas contempladas no “Movimento Nacional pela Vacinação” e fortalecimento do calendário de vacinação de rotina.

5- Quais vacinas essenciais, como as contra covid-19, difteria e tétano, estão com maior déficit de abastecimento? O governo tem um plano para priorizar a distribuição dessas vacinas, especialmente para grupos vulneráveis como crianças, idosos e profissionais da saúde? (CGICI)

Conforme devidamente exposto no item 1, inexistem déficit de abastecimento em qualquer das vacinas essenciais mencionadas, assim como nas demais que integram o Calendário Nacional de Imunizações. No entanto, há desafios pontuais quanto à vacina contra varicela. Para mitigar essa questão, a Pasta tem adotado ações estratégicas, estimando-se a normalização dos estoques ainda no primeiro semestre de 2025.

Ademais, segue a relação das vacinas mencionadas, bem como as medidas implementadas por esta Pasta para reduzir o risco de desabastecimento, assegurando a continuidade da distribuição.

Covid-19: Não há desabastecimento no país. O Ministério da Saúde concluiu no final de 2024 um pregão para a aquisição de até 69 milhões de doses, que serão suficientes para atender à demanda nacional pelos próximos dois anos. As doses estão sendo entregues de forma gradual, conforme a necessidade, por meio de ata de registro de preços, desta forma será possível garantir maior flexibilidade nas entregas, evitar compras excessivas e o desperdício de vacinas. Cumpre informar que a execução de dois instrumentos decorrentes da referida ata foi devidamente concluída, restando os entes federativos devidamente abastecidos. Esta vacina está sendo contemplada no Calendário Nacional de Vacinação 2025, na rotina, para a população infantil, gestantes e idosos, sendo, ainda, recomendada para grupos com maior vulnerabilidade para o agravamento, caso adoeçam.

DTP: Não houve falta de vacinas com o componente difteria-tétano-pertussis. Diante do atraso no cronograma de entrega da DTP, o Ministério da Saúde garantiu a vacinação das crianças brasileiras por meio da substituição temporária pela vacina pentavalente, que, além de proteger contra difteria, tétano e coqueluche, também confere imunização contra hepatite B e Haemophilus influenzae tipo B (HiB). No entanto, em outubro de 2024, foram recebidas 4.000.000 de doses da vacina DTP, com a distribuição normalizada a partir de novembro do mesmo ano. Em janeiro e fevereiro de 2025 a demanda dos estados foi atendida 100%.

Varicela: Dificuldades regulatórias e operacionais enfrentadas pelo laboratório parceiro comprometeram o cumprimento das obrigações contratuais. Portanto, foi solicitado o apoio de organismo internacional, resultando na compra de 2,7 milhões doses que serão entregues de maneira fracionada. Ademais, foi celebrado contrato com outro fornecedor nacional para o fornecimento de 5,5 milhões de doses. Deste modo, havendo o cumprimento do cronograma estabelecido em contrato, estima-se que a normalização dos estoques deva ocorrer no primeiro semestre de 2025.

O PNI contempla um Calendário Nacional de Vacinação que atende todos os ciclos de vida (crianças, adolescentes, adultos, gestantes, idosos), em alinhamento às recomendações da Organização Mundial de Saúde e à luz das evidências epidemiológicas e científicas. Disponível em: < <https://www.gov.br/saude/pt-br/vacinacao> >.

O DPNI promove, ainda, estratégias especiais de vacinação voltadas à atenção às diversidades geográficas e socioculturais do país, além de atender as vulnerabilidades de grupos específicos, a exemplo da “Operação Gota” voltada para a vacinação dos povos e comunidades indígenas, ribeirinhas e quilombolas; vacinação de viajantes e em áreas de fronteiras; vacinação na escola; além da vacinação contra a dengue, covid-19 e influenza. Contempla também respostas oportunas à emergências em saúde pública.

6- Quais medidas estão sendo adotadas pelo governo para regularizar o abastecimento de vacinas em todo o país? Existe um cronograma claro para garantir que todos os municípios recebam a quantidade necessária de imunizantes, e em que prazo esse problema será resolvido?

O Ministério da Saúde, visando mitigar quaisquer riscos de desabastecimento, tem adotado a diversificação de fornecedores como estratégia para ampliar a segurança no suprimento, reduzir a dependência de fontes únicas e garantir a estabilidade na distribuição dos imunizantes, assegurando a continuidade das ações de imunização em âmbito

nacional. Ademais, no que diz respeito a distribuição aos municípios, é importante frisar que a gestão dos estoques estaduais de insumos estratégicos de interesse da Vigilância em Saúde, incluindo o armazenamento e o abastecimento aos municípios, é de responsabilidade das Secretarias Estaduais de Saúde, nos termos da Portaria de Consolidação nº 4, Seção II – Dos Estados, Art. 9º, inciso XVII.

Ressalta-se que a otimização do uso dos estoques de vacinas é essencial para garantir a eficácia do Programa Nacional de Imunizações (PNI), sendo a Atenção Primária à Saúde um agente fundamental nesse processo, utilizando seu conhecimento do território para localizar o público-alvo, resgatar não vacinados e ampliar o acesso à imunização.

A coordenação entre as três esferas de gestão do SUS é essencial para garantir abastecimento adequado das salas de vacina, distribuição eficiente e uso racional dos estoques. O compromisso com economicidade, qualidade e eficiência na imunização é continuamente trabalhado pelo Ministério da Saúde em parceria com os Conselhos de Saúde, assegurando a integração das responsabilidades tripartites.

7- O governo federal está coordenando de maneira eficiente com os governos estaduais e municipais para resolver esse desabastecimento? Como está sendo feita a distribuição das vacinas e quais são os critérios adotados para garantir que os municípios mais afetados sejam atendidos com prioridade?

O Ministério da Saúde coordena de maneira eficiente e estratégica a distribuição nacional de vacinas, assegurando o abastecimento aos estados por meio de orçamento garantido, contratos vigentes e cronogramas de entrega pactuados com os fornecedores. Essa coordenação permite que os imunobiológicos cheguem de forma contínua e segura às unidades federativas. Ressalta-se que, nos termos da Portaria de Consolidação nº 4, Seção II – Dos Estados, Art. 9º, inciso XVII, a gestão dos estoques estaduais e o abastecimento dos municípios são de responsabilidade das Secretarias Estaduais de Saúde. Assim, o Ministério da Saúde mantém um fluxo estável de vacinas, permitindo que os estados organizem a distribuição local e priorizem as áreas mais afetadas, garantindo resposta ágil e alinhada às necessidades regionais.

8 - Quais medidas o governo federal está tomando para assegurar a transparência na gestão e distribuição de vacinas durante esse período de escassez? Existe um processo de monitoramento contínuo dos estoques e das necessidades de cada município, para evitar novos desabastecimentos no futuro?

O Ministério da Saúde, reafirmando seu compromisso com a transparência e o direito à informação no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), lançou o Painel Interativo de Distribuição de Vacinas, disponível no seguinte link: https://infoms.saude.gov.br/extensions/SEIDIGI_DEMAS_DISTRIBUICAO_VACINA/SEIDIGI_DEMAS_DISTRIBUICAO_VACINA.html. A ferramenta disponibiliza dados detalhados sobre a alocação de imunobiológicos em todo o território nacional, organizados por estado, tipo de vacina e período. Essa iniciativa fortalece a governança, amplia a rastreabilidade na gestão dos imunizantes e assegura o acesso público às informações, permitindo maior controle social e aprimoramento das estratégias de distribuição.

No que tange ao monitoramento de estoques, informa-se que o Ministério da Saúde realiza o acompanhamento rigoroso de seus estoques por meio do Sistema de Informações de Estoques (SIES). No que se refere aos estoques municipais, cumpre destacar que a gestão, o armazenamento e o transporte de insumos estratégicos são de responsabilidade das Secretarias Municipais de Saúde, nos termos da Portaria de Consolidação nº 4, Seção III, art. 11, inciso X.

9- O governo está considerando revisar as políticas públicas de abastecimento de vacinas no Brasil? Que mudanças estão sendo planejadas para garantir que o desabastecimento não se repita, especialmente em um momento de crescente demanda por vacinas essenciais?

O Programa Nacional de Imunizações (PNI) constitui, em si, a política pública que orienta e organiza as ações de imunização no Brasil, com o objetivo de proteger a saúde da população por meio da oferta universal e gratuita de vacinas. O abastecimento de imunobiológicos configura-se como uma etapa operacional e administrativa essencial à concretização dessa política, abrangendo desde a aquisição até a distribuição dos insumos, de modo a assegurar a regularidade do fornecimento e a execução do calendário vacinal. Eventuais revisões ou aprimoramentos nos processos de abastecimento são continuamente avaliados para garantir a eficiência, a continuidade e a adequada resposta às demandas de saúde pública.

Além disso, conforme exposto no item 6, a diversificação de fornecedores adotada pelo Ministério da Saúde constitui medida fundamental para a mitigação de riscos no abastecimento de imunobiológicos. Essa estratégia não apenas fortalece a segurança na cadeia de suprimentos, como também reduz a vulnerabilidade decorrente de eventuais restrições logísticas ou produtivas, garantindo maior previsibilidade e eficiência na distribuição dos imunizantes.

10- Qual a estimativa do impacto do desabastecimento de vacinas na saúde pública brasileira? Como o governo planeja compensar a suspensão ou adiamento da vacinação e evitar o retorno de surtos de doenças que podem ser evitadas com vacinação?

Não se verifica desabastecimento de vacinas no país, uma vez que o Ministério da Saúde mantém orçamento garantido, contratos vigentes e cronogramas de entrega pactuados com os fornecedores, assegurando a regularidade na distribuição dos imunobiológicos aos estados. Ainda que tenham ocorrido desafios pontuais no abastecimento de determinados imunizantes, não houve suspensão ou adiamento da vacinação, sendo adotadas medidas estratégicas para mitigar qualquer impacto sobre o Programa Nacional de Imunizações (PNI). Dessa forma, permanece garantida a proteção da população contra doenças imunopreveníveis, sem prejuízo ao calendário vacinal.

11- Quais ações estão sendo tomadas pelo governo para informar a população sobre o desabastecimento e as alternativas disponíveis? Como o governo pretende garantir que a população continue confiante nos programas de vacinação, mesmo diante desse cenário de escassez?

O Ministério da Saúde divulga periodicamente, por meio de seu sítio eletrônico oficial, informes acerca da situação de distribuição e abastecimento de imunobiológicos destinados aos entes federativos. Ademais, realiza reuniões mensais com representantes dos estados e municípios, por intermédio do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), ocasião em que o tema é regularmente discutido.

Além disso, a pasta tem promovido campanhas de conscientização, abrangendo ações publicitárias e iniciativas direcionadas ao incentivo da adesão da população às práticas de imunização, com o objetivo de ampliar as coberturas vacinais e assegurar a prevenção de doenças imunopreveníveis.

12- Como o governo está garantindo que os recursos destinados à compra de vacinas sejam adequadamente

alocados e utilizados para a aquisição de imunizantes de maneira eficiente? Existe uma fiscalização rigorosa sobre os processos de compra e distribuição de vacinas?

Informa-se que todos os processos aquisitivos e os trâmites de distribuição conduzidos pelo Ministério da Saúde são submetidos à fiscalização rigorosa, tanto pelos órgãos de controle interno quanto pelos órgãos de controle externo, com vistas a assegurar a conformidade com os princípios da legalidade, transparência e eficiência na gestão e aplicação dos recursos públicos, em observância ao ordenamento jurídico vigente.

3. CONCLUSÃO

3.2. ANTE O EXPOSTO, este Departamento do Programa Nacional de Imunizações apresenta os devidos esclarecimentos e permanece à disposição para outras informações, se necessário.

Atenciosamente,

THAYSSA NEIVA DA FONSECA VICTER
Coordenadora-Geral
Coordenação-Geral de Gestão de Insumos e Rede de Frio

MARCELO YOSHITO WADA
Coordenadora-Geral Substituta
Coordenação-Geral de Incorporação Científica e Imunização

EDER GATTI FERNANDES
Diretor
Departamento do Programa Nacional de Imunizações



Documento assinado eletronicamente por **Eder Gatti Fernandes, Diretor(a) do Departamento do Programa Nacional de Imunizações**, em 10/03/2025, às 16:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Yoshito Wada, Coordenador(a)-Geral de Incorporação Científica e Imunização substituto(a)**, em 10/03/2025, às 18:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thayssa Neiva da Fonseca Victer, Coordenador(a)-Geral de Gestão de Insumos e Rede de Frio**, em 11/03/2025, às 15:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0046505151** e o código CRC **44D74BD4**.

Referência: Processo nº 25000.016345/2025-72

SEI nº 0046505151

Departamento do Programa Nacional de Imunizações - DPNI
SRTVN 701, Via W5 Norte Edifício PO700, 6º andar - Bairro Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70719-040
Site - saude.gov.br



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Primeira-Secretaria

Ofício 1ªSec/RI/E/nº 18/2025

Brasília, 25 de fevereiro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
ALEXANDRE PADILHA
Ministro de Estado da Saúde

Assunto: **Requerimento de Informação**

Senhor Ministro,

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, encaminho a Vossa Excelência cópia(s) do(s) seguinte(s) Requerimento(s) de Informação:

PROPOSIÇÃO	AUTOR
Requerimento de Informação nº 5/2025	Deputado Gustavo Gayer
Requerimento de Informação nº 6/2025	Deputado Gustavo Gayer
Requerimento de Informação nº 9/2025	Deputado Gustavo Gayer
Requerimento de Informação nº 22/2025	Deputada Chris Tonietto
Requerimento de Informação nº 24/2025	Deputada Chris Tonietto
Requerimento de Informação nº 25/2025	Deputada Chris Tonietto
Requerimento de Informação nº 28/2025	Deputada Chris Tonietto
Requerimento de Informação nº 31/2025	Deputada Chris Tonietto
Requerimento de Informação nº 32/2025	Deputada Chris Tonietto
Requerimento de Informação nº 62/2025	Deputado Messias Donato
Requerimento de Informação nº 66/2025	Deputado Messias Donato
Requerimento de Informação nº 70/2025	Deputado Alberto Fraga
Requerimento de Informação nº 79/2025	Deputado Delegado Caveira
Requerimento de Informação nº 80/2025	Deputado Delegado Caveira
Requerimento de Informação nº 81/2025	Deputado Delegado Caveira
Requerimento de Informação nº 82/2025	Deputado Delegado Caveira
Requerimento de Informação nº 83/2025	Deputado Delegado Caveira
Requerimento de Informação nº 84/2025	Deputado Delegado Caveira
Requerimento de Informação nº 85/2025	Deputado Delegado Caveira
Requerimento de Informação nº 86/2025	Deputado Delegado Caveira
Requerimento de Informação nº 87/2025	Deputado Delegado Caveira
Requerimento de Informação nº 88/2025	Deputado Delegado Caveira
Requerimento de Informação nº 89/2025	Deputado Delegado Caveira

- NOTA: os Requerimentos de Informação, quando de autorias diferentes, devem ser respondidos separadamente.

/LMR



Documento assinado por:
14/03/2025 10:46 - Dep. CARLOS VERAS

Selo digital de segurança: 2025-BHQC-UXIL-DCNY-SQFP

Ofício 1ªSec-RI-E nº 18 (0046721501)

SEI 25000.016345/2025-72 / pg. 13



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Primeira-Secretaria

Ofício 1ªSec/RI/E/nº 18/2025

Brasília, 25 de fevereiro de 2025.

Requerimento de Informação nº 90/2025	Deputado Delegado Caveira
Requerimento de Informação nº 91/2025	Deputado Delegado Caveira
Requerimento de Informação nº 92/2025	Deputado Delegado Caveira
Requerimento de Informação nº 93/2025	Deputado Delegado Caveira
Requerimento de Informação nº 94/2025	Deputado Delegado Caveira
Requerimento de Informação nº 95/2025	Deputado Delegado Caveira
Requerimento de Informação nº 96/2025	Deputado Delegado Caveira
Requerimento de Informação nº 97/2025	Deputado Delegado Caveira
Requerimento de Informação nº 98/2025	Deputado Delegado Caveira
Requerimento de Informação nº 99/2025	Deputado Delegado Caveira
Requerimento de Informação nº 100/2025	Deputado Delegado Caveira
Requerimento de Informação nº 101/2025	Deputado Delegado Caveira
Requerimento de Informação nº 102/2025	Deputado Delegado Caveira
Requerimento de Informação nº 103/2025	Deputado Delegado Caveira
Requerimento de Informação nº 104/2025	Deputado Delegado Caveira
Requerimento de Informação nº 114/2025	Deputado Dr. Frederico
Requerimento de Informação nº 123/2025	Deputada Daniela Reinehr
Requerimento de Informação nº 132/2025	Deputado Capitão Alberto Neto
Requerimento de Informação nº 136/2025	Deputada Laura Carneiro
Requerimento de Informação nº 141/2025	Deputada Laura Carneiro
Requerimento de Informação nº 150/2025	Deputado Capitão Alberto Neto
Requerimento de Informação nº 153/2025	Deputado Nikolas Ferreira
Requerimento de Informação nº 167/2025	Deputada Chris Tonietto
Requerimento de Informação nº 177/2025	Deputada Rogéria Santos
Requerimento de Informação nº 182/2025	Deputado Zé Vitor
Requerimento de Informação nº 183/2025	Deputado Diego Garcia
Requerimento de Informação nº 191/2025	Deputado José Medeiros
Requerimento de Informação nº 192/2025	Deputado Carlos Jordy
Requerimento de Informação nº 197/2025	Deputado Messias Donato
Requerimento de Informação nº 210/2025	Deputado Aureo Ribeiro
Requerimento de Informação nº 214/2025	Deputado Marcos Pollon
Requerimento de Informação nº 215/2025	Deputado Felipe Carreras
Requerimento de Informação nº 226/2025	Deputada Daniela Reinehr

- NOTA: os Requerimentos de Informação, quando de autorias diferentes, devem ser respondidos separadamente.

/LMR



Documento assinado por:

14/03/2025 10:46 - Dep. CARLOS VERAS

Selo digital de segurança: 2025-BHQC-UXIL-DCNY-SQFP

Ofício 1ªSec/RI-E nº 18 (0046721501)

SEI 25000.016345/2025-72 / pg. 14



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Primeira-Secretaria

Ofício 1ªSec/RI/E/nº 18/2025

Brasília, 25 de fevereiro de 2025.

Requerimento de Informação nº 277/2025	Deputado Carlos Jordy
Requerimento de Informação nº 283/2025	Deputada Chris Tonietto
Requerimento de Informação nº 323/2025	Deputado Dr. Frederico
Requerimento de Informação nº 330/2025	Deputada Julia Zanatta
Requerimento de Informação nº 333/2025	Deputada Coronel Fernanda
Requerimento de Informação nº 343/2025	Deputado Capitão Alberto Neto
Requerimento de Informação nº 353/2025	Deputada Coronel Fernanda
Requerimento de Informação nº 356/2025	Deputado Chico Alencar
Requerimento de Informação nº 360/2025	Deputado Dr. Frederico

Por oportuno, solicito, na eventualidade de a informação requerida ser de natureza sigilosa, seja enviada também cópia da decisão de classificação proferida pela autoridade competente, ou termo equivalente, contendo todos os elementos elencados no art. 28 da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), ou, caso se trate de outras hipóteses legais de sigilo, seja mencionado expressamente o dispositivo legal que fundamenta o sigilo. Em qualquer caso, solicito ainda que os documentos sigilosos estejam acondicionados em invólucro lacrado e rubricado, com indicação ostensiva do grau ou espécie de sigilo.

Atenciosamente,

Deputado CARLOS VERAS
Primeiro-Secretário

- NOTA: os Requerimentos de Informação, quando de autorias diferentes, devem ser respondidos separadamente.

/LMR



Documento assinado por:
14/03/2025 10:46 - Dep. CARLOS VERAS
Selo digital de segurança: 2025-BHQC-UXIL-DCNY-SQFP

Ofício 1ªSec-RI-E nº 18 (0046721501)

SEI 25000.016345/2025-72 / pg. 15



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, **DE 2025.**
(Do Sr. Gustavo Gayer)

Solicita informações a Sr.^a Ministra da Saúde, a respeito da notícia que mais de 65% dos municípios brasileiros, enfrentam o desabastecimento de Vacinas.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas a Senhora Ministra da Saúde, informações quanto a notícia que mais de 65% dos municípios brasileiros, enfrentam o desabastecimento de Vacinas.

Com o objetivo de instruir as informações relativas a este requerimento de informações e, também, tendo como base os informativos veiculados pela imprensa, solicito que sejam respondidos os seguintes questionamentos:

- 1- O que o governo federal alega como as principais causas para o desabastecimento de vacinas em 65% dos municípios brasileiros?
- 2- Quais as falhas logísticas ou de produção que contribuíram para essa escassez? Quais medidas estão sendo tomadas para resolver essas questões de forma urgente?
- 3- Como o governo pretende mitigar os impactos desse desabastecimento no Calendário Nacional de Imunização?
- 4- Quais ações imediatas estão sendo planejadas para garantir a continuidade e a eficácia das campanhas de vacinação,





especialmente contra doenças graves como covid-19, difteria, tétano, coqueluche e varicela?

- 5- Quais vacinas essenciais, como as contra covid-19, difteria e tétano, estão com maior déficit de abastecimento? O governo tem um plano para priorizar a distribuição dessas vacinas, especialmente para grupos vulneráveis como crianças, idosos e profissionais da saúde?
- 6- Quais medidas estão sendo adotadas pelo governo para regularizar o abastecimento de vacinas em todo o país? Existe um cronograma claro para garantir que todos os municípios recebam a quantidade necessária de imunizantes, e em que prazo esse problema será resolvido?
- 7- O governo federal está coordenando de maneira eficiente com os governos estaduais e municipais para resolver esse desabastecimento? Como está sendo feita a distribuição das vacinas e quais são os critérios adotados para garantir que os municípios mais afetados sejam atendidos com prioridade?
- 8- Quais medidas o governo federal está tomando para assegurar a transparência na gestão e distribuição de vacinas durante esse período de escassez? Existe um processo de monitoramento contínuo dos estoques e das necessidades de cada município, para evitar novos desabastecimentos no futuro?
- 9- O governo está considerando revisar as políticas públicas de abastecimento de vacinas no Brasil? Que mudanças estão sendo planejadas para garantir que o desabastecimento não se repita, especialmente em um momento de crescente demanda por vacinas essenciais?





10-Qual a estimativa do impacto do desabastecimento de vacinas na saúde pública brasileira? Como o governo planeja compensar a suspensão ou adiamento da vacinação e evitar o retorno de surtos de doenças que podem ser evitadas com vacinação?

11-Quais ações estão sendo tomadas pelo governo para informar a população sobre o desabastecimento e as alternativas disponíveis? Como o governo pretende garantir que a população continue confiante nos programas de vacinação, mesmo diante desse cenário de escassez?

12-Como o governo está garantindo que os recursos destinados à compra de vacinas sejam adequadamente alocados e utilizados para a aquisição de imunizantes de maneira eficiente? Existe uma fiscalização rigorosa sobre os processos de compra e distribuição de vacinas?

Por fim, solicita-se o fornecimento de informações complementares que a senhora Ministra da Saúde entenda como pertinentes, sobre o tema.

JUSTIFICAÇÃO

A recente notícia de que mais de 65% dos municípios brasileiros estão enfrentando graves problemas de desabastecimento de vacinas é um alerta sério sobre a fragilidade do sistema de saúde pública no Brasil e os riscos iminentes para a saúde da população.

Conforme informações divulgadas na mídia¹, um levantamento realizado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) entre 29 de novembro e 12 de dezembro revelou que 65% dos municípios brasileiros estão enfrentando

¹ <https://www.folhadestra.com/mais-de-65-dos-municipios-enfrentam-desabastecimento-de-vacinas-aponta-cnm/>





problemas de desabastecimento de vacinas. A situação afeta imunizantes essenciais do calendário básico, como os contra varicela, covid-19, difteria, tétano, e coqueluche, entre outros.

De acordo com o estudo: 52,4% dos municípios relataram falta da vacina contra varicela (catapora), com períodos de desabastecimento superiores há 90 dias; A vacina contra a covid-19 para adultos está indisponível em 25,4% das cidades, com uma média de 45 dias sem reposição; A vacina DTP (difteria, tétano e coqueluche) está ausente em 18% dos municípios, em um momento em que o Brasil enfrenta o maior surto de coqueluche desde 2014.

O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, destacou a gravidade da situação: *“Os estoques estão irregulares e a União precisa responder por isso, porque é sua atribuição. Temos relatos de locais que até recebem algumas doses, mas é insuficiente, logo acaba de novo.”*

Os estados mais afetados pelo desabastecimento são: *Santa Catarina: 87% dos municípios; Ceará: 86%; Espírito Santo: 84%; Minas Gerais: 83%.* Por regiões, a situação é mais crítica no Sudeste (72% dos municípios), seguido por Centro-Oeste (67%), Nordeste (64%), Sul (63%) e Norte (42%).

Também, a reportagem informa que além da varicela, covid-19 e DTP, o levantamento destacou desabastecimentos nas seguintes vacinas: *Meningocócica C (contra meningite): ausente em 12,9% dos municípios; Tetraviral (sarampo, caxumba, rubéola e varicela): ausente em 11,6%; Febre amarela: ausente em 9,7%.*

Ressalta-se, que o impacto de uma falha na distribuição de vacinas vai além da simples interrupção de programas de imunização. Ele pode gerar uma situação de crise sanitária, aumentando o risco de surtos de doenças erradicadas ou controladas no país. Isso coloca em risco não apenas a saúde individual, mas também a coletiva, afetando especialmente crianças, idosos e outros grupos vulneráveis, que dependem da vacinação para sua proteção.

A escassez de vacinas compromete o esforço contínuo do Brasil para combater doenças infecciosas e preservar conquistas históricas de saúde pública, como a erradicação de doenças como a poliomielite e a redução significativa de casos de sarampo e rubéola.





Outro aspecto grave dessa situação é a falta de confiança que a escassez de vacinas pode gerar na população. Quando as pessoas não conseguem acessar vacinas regularmente, surgem dúvidas sobre a eficácia e a segurança dos programas de imunização, o que pode levar a um aumento na resistência à vacina e à propagação de desinformação. Isso agrava ainda mais o quadro e dificulta o controle de doenças, tornando o processo de vacinação ainda mais complexo e demorado.

Contudo, em tempos de crise econômica e desafios fiscais, não podemos permitir que a falta de vacinas comprometa a saúde pública do país. O governo federal, junto aos gestores estaduais e municipais, precisa urgentemente tomar medidas para garantir o abastecimento contínuo e regular de vacinas, tanto em quantidade quanto em qualidade, assegurando que as populações de todos os municípios, especialmente as mais vulneráveis, tenham acesso pleno às vacinas necessárias.

Pelo exposto, é fundamental que as autoridades responsáveis enfrentem essa crise com a máxima urgência e transparência, buscando soluções imediatas para regularizar a distribuição de vacinas e proteger a população contra surtos de doenças evitáveis. O desabastecimento de vacinas não é apenas um problema logístico, é uma ameaça real à vida e à saúde dos brasileiros.

Sala das Sessões, de de 2025.

Deputado **GUSTAVO GAYER**
(PL/GO)





Ministério da Saúde
Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente
Departamento do Programa Nacional de Imunizações

NOTA TÉCNICA CONJUNTA Nº 112/2025-DPNI/SVSA/MS

1. **ASSUNTO**

1. Trata-se de **Requerimento de Informação nº 5/2025**, de autoria do Deputado Federal GUSTAVO GAYER - PL/GO, por meio do qual requisita ao Ministério da Saúde, informações *a respeito da notícia que mais de 65% dos municípios brasileiros enfrentam o desabastecimento de Vacinas*, nos seguintes termos:

- 1- O que o governo federal alega como as principais causas para o desabastecimento de vacinas em 65% dos municípios brasileiros?
- 2- Quais as falhas logísticas ou de produção que contribuíram para essa escassez? Quais medidas estão sendo tomadas para resolver essas questões de forma urgente?
- 3- Como o governo pretende mitigar os impactos desse desabastecimento no Calendário Nacional de Imunização?
- 4- Quais ações imediatas estão sendo planejadas para garantir a continuidade e a eficácia das campanhas de vacinação, especialmente contra doenças graves como covid-19, difteria, tétano, coqueluche e varicela?
- 5- Quais vacinas essenciais, como as contra covid-19, difteria e tétano, estão com maior déficit de abastecimento? O governo tem um plano para priorizar a distribuição dessas vacinas, especialmente para grupos vulneráveis como crianças, idosos e profissionais da saúde?
- 6- Quais medidas estão sendo adotadas pelo governo para regularizar o abastecimento de vacinas em todo o país? Existe um cronograma claro para garantir que todos os municípios recebam a quantidade necessária de imunizantes, e em que prazo esse problema será resolvido?
- 7- O governo federal está coordenando de maneira eficiente com os governos estaduais e municipais para resolver esse desabastecimento? Como está sendo feita a distribuição das vacinas e quais são os critérios adotados para garantir que os municípios mais afetados sejam atendidos com prioridade?
- 8- Quais medidas o governo federal está tomando para assegurar a transparência na gestão e distribuição de vacinas durante esse período de escassez? Existe um processo de monitoramento contínuo dos estoques e das necessidades de cada município, para evitar novos desabastecimentos no futuro?
- 9- O governo está considerando revisar as políticas públicas de abastecimento de vacinas no Brasil? Que mudanças estão sendo planejadas para garantir que o desabastecimento não se repita, especialmente em um momento de crescente demanda por vacinas essenciais?
- 10- Qual a estimativa do impacto do desabastecimento de vacinas na saúde pública brasileira? Como o governo planeja compensar a suspensão ou adiamento da vacinação e evitar o retorno de surtos de doenças que podem ser evitadas com vacinação?
- 11- Quais ações estão sendo tomadas pelo governo para informar a população sobre o desabastecimento e as alternativas disponíveis? Como o governo pretende garantir que a população continue confiante nos programas de vacinação, mesmo diante desse cenário de escassez?
- 12- Como o governo está garantindo que os recursos destinados à compra de vacinas sejam adequadamente alocados e utilizados para a aquisição de imunizantes de maneira eficiente? Existe uma fiscalização rigorosa sobre os processos de compra e distribuição de vacinas?

1.1. Os autos são encaminhados ao Departamento do Programa Nacional de Imunizações para análise, nos termos do Despacho COEX/SVSA (0045999660).

1.2. É o breve relatório.

2. **ANÁLISE**

2.1. Em atenção aos questionamentos apresentados pelo Requerimento de Informação nº 5/2025, de autoria do Deputado Federal GUSTAVO GAYER - PL/GO, o Departamento do Programa Nacional de Imunizações apresenta as seguintes informações:

1. O que o Governo Federal alega como as principais causas para o desabastecimento de vacinas em 65% dos municípios brasileiros?

O Ministério da Saúde dispõe de orçamento garantido, contratos de aquisição de imunobiológicos e cronogramas de entregas de imunizantes definidos com os fornecedores para todas as vacinas integrantes do Calendário Nacional de Imunizações. Ademais, realiza, de forma regular, o envio de doses de imunobiológicos para os estados, os quais, por sua vez, são responsáveis por abastecer os municípios. Portanto, não há que se falar em desabastecimento generalizado no território nacional, conforme apontado no Requerimento de Informação nº 5/2025.

- 2- Quais as falhas logísticas ou de produção que contribuíram para essa escassez? Quais medidas estão sendo tomadas para resolver essas questões de forma urgente?

Como dito, não há que se falar em escassez, considerando que o Ministério da Saúde adota estratégias contínuas para assegurar o cumprimento do Calendário Vacinal e garantir a proteção da população com a imunização.

No entanto, ao longo do ano de 2024, a Pasta enfrentou desafios pontuais, decorrentes de atrasos nas entregas por parte dos fornecedores ou provenientes de questões relacionadas ao controle de qualidade dos produtos, o que ocasionou um contingenciamento temporário nos envios. No intuito de mitigar qualquer risco de desabastecimento, foram implantadas medidas estratégicas, o que inclui a diversificação de fornecedores de vacinas, com o propósito de assegurar a regularidade no fornecimento dos imunobiológicos e a manutenção da cobertura vacinal em todo território nacional.

Ademais, a Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente desta Pasta ministerial encaminhou às autoridades competentes, o Ofício Circular nº 82/2025/SVSA/MS (SEI nº 0046507564), com Nota Técnica nº 17/2025 - DPNI/SVSA/MS (SEI nº 0046507429) e Anexo VI 2ª versão (SEI nº 0046507470), com orientações para a substituição de vacinas nos casos pontuais de atrasos decorrentes de problemas com o produtor/fornecedor, com qualidade e logística de imunobiológicos, dentre outros, para mitigar qualquer risco à continuidade das ações de vacinação no País.

3- Como o governo pretende mitigar os impactos desse desabastecimento no Calendário Nacional de Imunização?

Conforme exposto, para mitigar qualquer risco de desabastecimento, o Ministério da Saúde adotou estratégias técnicas, o que inclui a diversificação dos fornecedores de vacinas, de forma a assegurar a regularidade no fornecimento dos imunobiológicos e as orientações técnicas para a substituição de imunobiológicos nos casos necessários.

Dessa forma, as ações empreendidas pelo Governo Federal estão direcionadas à manutenção da oferta de vacinas, para garantir a continuidade das campanhas de vacinação e a efetividade do Calendário Nacional de Vacinação.

4- Quais ações imediatas estão sendo planejadas para garantir a continuidade e a eficácia das campanhas de vacinação, especialmente contra doenças graves como covid-19, difteria, tétano, coqueluche e varicela?

O Ministério da Saúde, por intermédio do Programa Nacional de Imunizações (PNI), adota um processo de aquisição de insumos rigorosamente definido, fundamentado em planejamento estratégico que considera dados históricos de distribuição, solicitações e número de doses aplicadas, bem como a manutenção do estoque estratégico. A distribuição dos imunobiológicos é realizada de forma regular, observando a estratégia nacional do programa e a demanda específica de cada unidade federativa, de modo a garantir a disponibilidade de vacinas à população, em conformidade com os princípios da eficiência e continuidade das políticas públicas de saúde.

Além disso, a Pasta destinará, em 2025, um incentivo de custeio de R\$ 150 milhões para fortalecer a vacinação nas instituições educacionais de ensino infantil e fundamental em todo o país e promover ações para atualização da situação vacinal de crianças e de adolescentes menores de 15 anos, considerando ações de intensificação de vacinação na rotina.

Essa iniciativa busca melhorar as coberturas vacinais das vacinas do Calendário Nacional de Vacinação, com foco especial para a prevenção da febre amarela, sarampo, caxumba, rubéola, difteria, tétano, coqueluche, doença meningocócica pelos sorogrupos A, C, W e Y, papilomavírus, varicela além da COVID-19.

Estão ainda previstas ações de comunicação para mobilização, voltadas à informação acerca das vacinas e da sua importância para saúde pública, reduzindo a infodemia e a hesitação vacinal, favorecendo a adesão à vacinação. Ações estas contempladas no “Movimento Nacional pela Vacinação” e fortalecimento do calendário de vacinação de rotina.

5- Quais vacinas essenciais, como as contra covid-19, difteria e tétano, estão com maior déficit de abastecimento? O governo tem um plano para priorizar a distribuição dessas vacinas, especialmente para grupos vulneráveis como crianças, idosos e profissionais da saúde? (CGICI)

Conforme devidamente exposto no item 1, inexistiu *déficit* de abastecimento em qualquer das vacinas essenciais mencionadas, assim como nas demais que integram o Calendário Nacional de Imunizações. No entanto, há desafios pontuais quanto à vacina contra varicela. Para mitigar essa questão, a Pasta tem adotado ações estratégicas, estimando-se a normalização dos estoques ainda no primeiro semestre de 2025.

Ademais, segue a relação das vacinas mencionadas, bem como as medidas implementadas por esta Pasta para reduzir o risco de desabastecimento, assegurando a continuidade da distribuição.

Covid-19: Não há desabastecimento no país. O Ministério da Saúde concluiu no final de 2024 um pregão para a aquisição de até 69 milhões de doses, que serão suficientes para atender à demanda nacional pelos próximos dois anos. As doses estão sendo entregues de forma gradual, conforme a necessidade, por meio de ata de registro de preços, desta forma será possível garantir maior flexibilidade nas entregas, evitar compras excessivas e o desperdício de vacinas. Cumpre informar que a execução de dois instrumentos decorrentes da referida ata foi devidamente concluída, restando os entes federativos devidamente abastecidos. Esta vacina está sendo contemplada no Calendário Nacional de Vacinação 2025, na rotina, para a população infantil, gestantes e idosos, sendo, ainda, recomendada para grupos com maior vulnerabilidade para o agravamento, caso adoeçam.

DTP: Não houve falta de vacinas com o componente difteria-tétano-pertussis. Diante do atraso no cronograma de entrega da DTP, o Ministério da Saúde garantiu a vacinação das crianças brasileiras por meio da substituição temporária pela vacina pentavalente, que, além de proteger contra difteria, tétano e coqueluche, também confere imunização contra hepatite B e Haemophilus influenzae tipo B (HiB). No entanto, em outubro de 2024, foram recebidas 4.000.000 de doses da vacina DTP, com a distribuição normalizada a partir de novembro do mesmo ano. Em janeiro e fevereiro de 2025 a demanda dos estados foi atendida 100%.

Varicela: Dificuldades regulatórias e operacionais enfrentadas pelo laboratório parceiro comprometeram o cumprimento das obrigações contratuais. Portanto, foi solicitado o apoio de organismo internacional, resultando na compra de 2,7 milhões doses que serão entregues de maneira fracionada. Ademais, foi celebrado contrato com outro fornecedor nacional para o fornecimento de 5,5 milhões de doses. Deste modo, havendo o cumprimento do cronograma estabelecido em contrato, estima-se que a normalização dos estoques deva ocorrer no primeiro semestre de 2025.

O PNI contempla um Calendário Nacional de Vacinação que atende todos os ciclos de vida (crianças, adolescentes, adultos, gestantes, idosos), em alinhamento às recomendações da Organização Mundial de Saúde e à luz das evidências epidemiológicas e científicas. Disponível em: < <https://www.gov.br/saude/pt-br/vacinacao> >.

O DPNI promove, ainda, estratégias especiais de vacinação voltadas à atenção às diversidades geográficas e socioculturais do país, além de atender as vulnerabilidades de grupos específicos, a exemplo da “Operação Gota” voltada para a vacinação dos povos e comunidades indígenas, ribeirinhas e quilombolas; vacinação de viajantes e em áreas de fronteiras; vacinação na escola; além da vacinação contra a dengue, covid-19 e influenza. Contempla também respostas oportunas à emergências em saúde pública.

6- Quais medidas estão sendo adotadas pelo governo para regularizar o abastecimento de vacinas em todo o país? Existe um cronograma claro para garantir que todos os municípios recebam a quantidade necessária de imunizantes, e em que prazo esse problema será resolvido?

O Ministério da Saúde, visando mitigar quaisquer riscos de desabastecimento, tem adotado a diversificação de fornecedores como estratégia para ampliar a segurança no suprimento, reduzir a dependência de fontes únicas e garantir a estabilidade na distribuição dos imunizantes, assegurando a continuidade das ações de imunização em âmbito nacional. Ademais, no que diz respeito à distribuição aos municípios, é importante frisar que a gestão dos estoques estaduais de insumos estratégicos de interesse da Vigilância em Saúde, incluindo o armazenamento e o abastecimento aos municípios, é de responsabilidade das Secretarias Estaduais de Saúde, nos termos da Portaria de Consolidação nº 4, Seção II – Dos Estados, Art. 9º, inciso XVII.

Ressalta-se que a otimização do uso dos estoques de vacinas é essencial para garantir a eficácia do Programa Nacional de Imunizações (PNI), sendo a Atenção Primária à Saúde um agente fundamental nesse processo, utilizando seu conhecimento do território para localizar o público-alvo, resgatar não vacinados e ampliar o acesso à imunização.

A coordenação entre as três esferas de gestão do SUS é essencial para garantir abastecimento adequado das salas de vacina, distribuição eficiente e uso racional dos estoques. O compromisso com economicidade, qualidade e eficiência na imunização é continuamente trabalhado pelo Ministério da Saúde em parceria com os Conselhos de Saúde, assegurando a integração das responsabilidades tripartites.

7- O governo federal está coordenando de maneira eficiente com os governos estaduais e municipais para resolver esse desabastecimento? Como está sendo feita a distribuição das vacinas e quais são os critérios adotados para garantir que os municípios mais afetados sejam atendidos com prioridade?

O Ministério da Saúde coordena de maneira eficiente e estratégica a distribuição nacional de vacinas, assegurando o abastecimento aos estados por meio de orçamento garantido, contratos vigentes e cronogramas de entrega pactuados com os fornecedores. Essa coordenação permite que os imunobiológicos cheguem de forma contínua e segura às unidades federativas. Ressalta-se que, nos termos da Portaria de Consolidação nº 4, Seção II – Dos Estados, Art. 9º, inciso XVII, a gestão dos estoques estaduais e o abastecimento dos municípios são de responsabilidade das Secretarias Estaduais de Saúde. Assim, o Ministério da Saúde mantém um fluxo estável de vacinas, permitindo que os estados organizem a distribuição local e priorizem as áreas mais afetadas, garantindo resposta ágil e alinhada às necessidades regionais.

8 - Quais medidas o governo federal está tomando para assegurar a transparência na gestão e distribuição de vacinas durante esse período de escassez? Existe um processo de monitoramento contínuo dos estoques e das necessidades de cada município, para evitar novos desabastecimentos no futuro?

O Ministério da Saúde, reafirmando seu compromisso com a transparência e o direito à informação no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), lançou o Painel Interativo de Distribuição de Vacinas, disponível no seguinte link: https://infoms.saude.gov.br/extensions/SEIDIGI_DEMAS_DISTRIBUICAO_VACINA/SEIDIGI_DEMAS_DISTRIBUICAO_VACINA.html. A ferramenta disponibiliza dados detalhados sobre a alocação de imunobiológicos em todo o território nacional, organizados por estado, tipo de vacina e período. Essa iniciativa fortalece a governança, amplia a rastreabilidade na gestão dos imunizantes e assegura o acesso público às informações, permitindo maior controle social e aprimoramento das estratégias de distribuição.

No que tange ao monitoramento de estoques, informa-se que o Ministério da Saúde realiza o acompanhamento rigoroso de seus estoques por meio do Sistema de Informações de Estoques (SIES). No que se refere aos estoques municipais, cumpre destacar que a gestão, o armazenamento e o transporte de insumos estratégicos são de responsabilidade das Secretarias Municipais de Saúde, nos termos da Portaria de Consolidação nº 4, Seção III, art. 11, inciso X.

9- O governo está considerando revisar as políticas públicas de abastecimento de vacinas no Brasil? Que mudanças estão sendo planejadas para garantir que o desabastecimento não se repita, especialmente em um momento de crescente demanda por vacinas essenciais?

O Programa Nacional de Imunizações (PNI) constitui, em si, a política pública que orienta e organiza as ações de imunização no Brasil, com o objetivo de proteger a saúde da população por meio da oferta universal e gratuita de vacinas. O abastecimento de imunobiológicos configura-se como uma etapa operacional e administrativa essencial à concretização dessa política, abrangendo desde a aquisição até a distribuição dos insumos, de modo a assegurar a regularidade do fornecimento e a execução do calendário vacinal. Eventuais revisões ou aprimoramentos nos processos de abastecimento são continuamente avaliados para garantir a eficiência, a continuidade e a adequada resposta às demandas de saúde pública.

Além disso, conforme exposto no item 6, a diversificação de fornecedores adotada pelo Ministério da Saúde constitui medida fundamental para a mitigação de riscos no abastecimento de imunobiológicos. Essa estratégia não apenas fortalece a segurança na cadeia de suprimentos, como também reduz a vulnerabilidade decorrente de eventuais restrições logísticas ou produtivas, garantindo maior previsibilidade e eficiência na distribuição dos imunizantes.

10- Qual a estimativa do impacto do desabastecimento de vacinas na saúde pública brasileira? Como o governo planeja compensar a suspensão ou adiamento da vacinação e evitar o retorno de surtos de doenças que podem ser evitadas com vacinação?

Não se verifica desabastecimento de vacinas no país, uma vez que o Ministério da Saúde mantém orçamento garantido, contratos vigentes e cronogramas de entrega pactuados com os fornecedores, assegurando a regularidade na distribuição dos imunobiológicos aos estados. Ainda que tenham ocorrido desafios pontuais no abastecimento de determinados imunizantes, não houve suspensão ou adiamento da vacinação, sendo adotadas medidas estratégicas para mitigar qualquer impacto sobre o Programa Nacional de Imunizações (PNI). Dessa forma, permanece garantida a proteção da população contra doenças imunopreveníveis, sem prejuízo ao calendário vacinal.

11- Quais ações estão sendo tomadas pelo governo para informar a população sobre o desabastecimento e as alternativas disponíveis? Como o governo pretende garantir que a população continue confiante nos programas de vacinação, mesmo diante desse cenário de escassez?

O Ministério da Saúde divulga periodicamente, por meio de seu sítio eletrônico oficial, informes acerca da situação de distribuição e abastecimento de imunobiológicos destinados aos entes federativos. Ademais, realiza reuniões mensais com representantes dos estados e municípios, por intermédio do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), ocasião em que o tema é regularmente discutido.

Além disso, a pasta tem promovido campanhas de conscientização, abrangendo ações publicitárias e iniciativas direcionadas ao incentivo da adesão da população às práticas de imunização, com o objetivo de ampliar as coberturas vacinais e assegurar a prevenção de doenças imunopreveníveis.

12- Como o governo está garantindo que os recursos destinados à compra de vacinas sejam adequadamente alocados e utilizados para a aquisição de imunizantes de maneira eficiente? Existe uma fiscalização rigorosa sobre os processos de compra e distribuição de vacinas?

Informa-se que todos os processos aquisitivos e os trâmites de distribuição conduzidos pelo Ministério da Saúde são submetidos à fiscalização rigorosa, tanto pelos órgãos de controle interno quanto pelos órgãos de controle externo, com vistas a assegurar a conformidade com os princípios da legalidade, transparência e eficiência na gestão e aplicação dos recursos públicos, em observância ao ordenamento jurídico vigente.

3. CONCLUSÃO

3.2. ANTE O EXPOSTO, este Departamento do Programa Nacional de Imunizações apresenta os devidos esclarecimentos e permanece à disposição para outras informações, se necessário.

Atenciosamente,

THAYSSA NEIVA DA FONSECA VICTER

Coordenadora-Geral
Coordenação-Geral de Gestão de Insumos e Rede de Frio

MARCELO YOSHITO WADA
Coordenadora-Geral Substituta
Coordenação-Geral de Incorporação Científica e Imunização

EDER GATTI FERNANDES
Diretor
Departamento do Programa Nacional de Imunizações



Documento assinado eletronicamente por **Eder Gatti Fernandes, Diretor(a) do Departamento do Programa Nacional de Imunizações**, em 10/03/2025, às 16:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Yoshito Wada, Coordenador(a)-Geral de Incorporação Científica e Imunização substituto(a)**, em 10/03/2025, às 18:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thayssa Neiva da Fonseca Viter, Coordenador(a)-Geral de Gestão de Insumos e Rede de Frio**, em 11/03/2025, às 15:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0046505151** e o código CRC **44D74BD4**.

Referência: Processo nº 25000.016345/2025-72

SEI nº 0046505151

Departamento do Programa Nacional de Imunizações - DPNI
SRTVN 701, Via W5 Norte Edifício PO700, 6º andar - Bairro Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70719-040
Site - saude.gov.br



Ministério da Saúde
Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente
Departamento do Programa Nacional de Imunizações

NOTA TÉCNICA Nº 17/2025-DPNI/SVSA/MS

Orientação para substituição de vacinas em situações especiais (desabastecimentos, problemas com produtor/fornecedor, com qualidade e logística do imunobiológico, entre outros).

1. **ASSUNTO**

Trata-se das regras para Intercambialidade de vacinas em situações especiais (desabastecimentos, problemas com produtor/fornecedor, com qualidade e logística do imunobiológico, entre outros).

2. **ANÁLISE**

2.1. A vacinação é uma prática capaz de modificar o curso epidemiológico das doenças, já que contribui para a diminuição da morbimortalidade causada pelas doenças imunopreveníveis. Quando ocorre na primeira infância, constitui-se ação relevante na prevenção e controle de doenças, evitáveis pela vacinação e que podem levar ao óbito ou a graves sequelas em crianças. Neste sentido, faz-se necessário a substituição de vacinas em decorrência de situações especiais, sem que haja comprometimento ou prejuízo da vacinação/imunização.

2.2. Destaca-se que o Programa Nacional de Imunizações (PNI) segue as indicações e recomendações estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e esclarece-se que a disponibilidade de vacinas de diferentes laboratórios produtores possibilita minimizar os prejuízos no atraso dos Calendários Nacionais de Vacinação. Assim, entende-se por intercambialidade a combinação de imunizantes diferentes, utilizada para substituição de vacinas no contexto de escassez do produto, promovendo a vacinação em tempo oportuno, conforme as recomendações e evidências técnico-científicas quanto à segurança e eficácia/efetividade da vacinação de forma intercambiável.

2.3. A intercambialidade das vacinas no Sistema Único de Saúde (SUS) é adotada mediante os seguintes critérios e orientações:

- a) Sempre que possível, o esquema deverá ser realizado com o mesmo produto utilizado na vacinação inicial;
- b) Não estando disponível ou sendo desconhecido qual o produto utilizado anteriormente, pode-se utilizar o produto que estiver disponível para continuidade do esquema;

2.4. Devem ser consideradas intercambiáveis, as vacinas:

- a) registradas com as mesmas indicações e com cronogramas igualmente aceitáveis;
- b) autorizadas para a mesma população-alvo;
- c) que contenham tipo e quantidade comparáveis de antígenos; e
- d) semelhantes em termos de segurança, reatogenicidade, imunogenicidade e eficácia.

3. **SUBSTITUIÇÃO DE VACINAS**

Conforme quadro abaixo (Anexo VI 2ª versão 0045982006), segue a relação das vacinas disponibilizadas no país, que podem ser substituídas sem prejuízo da vacinação/imunização.

Quadro 1. Intercambialidade de vacinas disponibilizadas nos serviços de vacinação públicos do país.

Código do imunobiológico	Tipo de imunobiológico	Nome comum do produto (idade recomendada)	Tipo de dose da vacina	Código da vacina que pode substituir	Vacina substituta	Registro do tipo de dose na substituição	Código das doses substitutas	Estratégias das vacinas substitutas	Código da estratégia das vacinas substitutas	Faixa etária da população-alvo
25	Vacina	difteria e tétano adulto (dT)	D1, D2, D3	57	dTpa adulto	D	8	Rotina	1	≥ 7 anos
		difteria e tétano adulto (dT)	REF	57	dTpa adulto	REF	38			≥ 7 anos
26	Vacina	pneumo 10 (VPC 10) (2 meses)	D1	59	pneumo 13	D1	1	Rotina	1	≥ 2 meses a < 5 anos
		pneumo 10 (VPC 10) (4 meses)	D2	59	pneumo 13	D2	2			≥ 4 meses a < 5 anos
		pneumo 10 (VPC 10) (12 meses)	REF	59	pneumo 13	REF	38			≥ 1 ano a < 5 anos
		pneumo 10 (VPC 10) (12 meses)	DU	59	pneumo 13	DU	9			≥ 1 ano a < 5 anos
28	Vacina	polio oral (VOPb) (15 meses)	REF	22	polio injetável	REF	38	Rotina	1	≥ 15 meses a < 5 anos
34	Vacina	varicela (VZ) (4 anos)	DU	56	sarampo, caxumba, rubéola e varicela	DU	9	Rotina	1	≥ 4 anos a < 7 anos
		varicela (VZ) (≥ 7 anos)	DU	56	sarampo, caxumba, rubéola e varicela	DU	9			≥ 7 anos
41	Vacina	meningo C (MenC) (3 meses)	D1	74	meningo ACWY	D1	1	Rotina	1	≥ 2 meses a < 1 ano
		meningo C (MenC) (5 meses)	D2	74	meningo ACWY	D2	2			≥ 3 meses a < 1 ano
		meningo C (MenC) (15 meses)	REF	74	meningo ACWY	REF	38			≥ 11 anos a ≤ 14 anos
		meningo C (MenC) (15 meses)	DU	74	meningo ACWY	DU	9			≥ 1 ano a < 5 anos
42	Vacina	penta (DTPa/HepB/Hib) (2 meses)	D1	43	hexa acelular (DTPa/HepB/VP/Hib)	D1	1	Rotina	1	≥ 2 meses a < 7 anos
		penta (DTPa/HepB/Hib) (4 meses)	D2	43	hexa acelular (DTPa/HepB/VP/Hib)	D2	2			≥ 4 meses a < 7 anos
		penta (DTPa/HepB/Hib) (6 meses)	D3	43	hexa acelular (DTPa/HepB/VP/Hib)	D3	3			≥ 6 meses a < 7 anos
46	Vacina	difteria, tétano e coqueluche (DTP) (15 meses)	R1	42	penta (DTPa/HepB/Hib)	R1	6	Rotina	1	≥ 1 ano a < 7 anos
		difteria, tétano e coqueluche (DTP) (4 anos)	R2	42	penta (DTPa/HepB/Hib)	R2	7			≥ 4 anos a < 7 anos
47	Vacina	DTPa (15 meses)	R1	43	hexa acelular (DTPa/HepB/VP/Hib)	R1	6	Especial	2	≥ 1 ano a < 7 anos
		DTPa (4 anos)	R2	43	hexa acelular (DTPa/HepB/VP/Hib)	R2	7			≥ 4 anos a < 7 anos
56	Vacina	sarampo, caxumba, rubéola e varicela (SCRV) (15 meses)	D2	34	tríplice viral	D2	2	Rotina	1	≥ 15 meses a < 7 anos
		sarampo, caxumba, rubéola e varicela (SCRV) (15 meses)	D1	34	varicela	D1	1			≥ 4 anos a < 7 anos

Fonte: DPNI/SVSA/MS

3.1. As vacinas substitutas devem ser parametrizadas nos sistemas de informação do Ministério da Saúde (e-SUS APS e SIPNI) e nos sistemas próprios e terceiros. Ressalta-se que, na substituição da vacina dT (D1, D2, D3) pela vacina dTpa, o registro do tipo de dose deverá ser sempre "D", conforme indicado no Quadro 1.

3.2. No SIPNI, as substituições estarão disponíveis para registro vacinal na estratégia Rotina e Especial, de acordo com as vacinas listadas no quadro 1.

3.3. No e-SUS APS, o registro da substituição deverá seguir as instruções abaixo:

I - Acessar o **calendário vacinal completo no PEC** e verificar se a vacina e o tipo de dose correspondente estão disponíveis para registro, conforme indicado no Quadro 1;

II - Caso a vacina ou o tipo de dose a ser substituído não esteja disponível no Calendário Vacinal do PEC, o



registro deverá ser realizado na aba "**Outras Doses e Imunobiológicos**"

Outras doses e imunobiológicos

III - as vacinas substitutas e doses **estarão disponíveis no Calendário vacinal do PEC** ou na **ABA Outras doses e imunobiológicos**.

4. CONCLUSÃO

O Departamento do Programa Nacional de Imunizações (DPNI) recomenda que estas vacinas presentes no quadro 1 possam ser utilizadas para substituição em situações especiais.

A implementação dessas regras será considerado para a cobertura vacinal com utilização dos imunobiológicos substitutos, contidos na relação do quadro 1, com os componentes necessários para compor os numeradores de doses aplicadas de cada vacina. A substituição das vacinas deverá respeitar a faixa etária da população-alvo e os respectivos tipos de doses.

Cabe destacar que as vacinas DTPa e hexa acelular estão disponíveis nos Centro de Referência de Imunobiológicos Especiais (CRIE).

As vacinas disponíveis no quadro 1 são ofertadas pelo DPNI/Ministério da Saúde nos serviços públicos de vacinação.

A partir dessa Nota Técnica nº 17/2025-DPNI/SVSA/MS, **revoga-se a** NOTA TÉCNICA Nº 89/2024-DPNI/SVSA/MS.

Reitera-se que nas situações que houver necessidade da intercambialidade de vacinas, conforme disposto pelo quadro 1, a vacinação nos serviços públicos deverá ser realizada mediante orientação do Ministério da Saúde.

O Departamento de Imunização e Doenças Imunopreveníveis (DPNI/SVSA/MS) se coloca à disposição para os esclarecimentos necessários, pelo e-mail pni@saude.gov.br e telefone 61-3315-3874.

Atenciosamente,

EDER GATTI FERNANDES
Diretor
Departamento do Programa Nacional de Imunizações

ETHEL MACIEL
Secretária
Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente



Documento assinado eletronicamente por **Eder Gatti Fernandes, Diretor(a) do Departamento do Programa Nacional de Imunizações**, em 27/02/2025, às 18:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ethel Leonor Noia Maciel, Secretário(a) de Vigilância em Saúde e Ambiente**, em 28/02/2025, às 12:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0045978351** e o código CRC **351DCDD8**.

Referência: Processo nº 25000.152073/2023-10

SEI nº 0045978351

Coordenação-Geral do Programa Nacional de Imunizações - CGPNI
SRTV 702, Via W5 Norte - Bairro Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70723-040
Site - saude.gov.br



Ministério da Saúde
Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente

OFÍCIO CIRCULAR Nº 82/2025/SVSA/MS

Brasília, 28 de fevereiro de 2025.

Aos (Às) Secretários (as) Estaduais da Saúde

Aos Presidentes dos Conselhos das Secretarias Municipais de Saúde - COSEMS

Ao Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde - CONASS

Ao Presidente do Conselho Nacional das Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS

Aos Coordenadores Estaduais de Imunização

À Presidente da Associação Brasileira das Clínicas de Vacinas - ABCVAC

Ao Secretário da Secretaria de Atenção Primária à Saúde - SAPS

Ao Secretário da A Secretaria de Saúde Indígena - SESAI

À Secretaria de Informação e Saúde Digital - SEIDIGI

Assunto: **Encaminhamento de NOTA TÉCNICA Nº 17/2025-DPNI/SVSA/MS - Orientação para substituição de vacinas em situações especiais (desabastecimentos, problemas com produtor/fornecedor, com qualidade e logística de imunobiológicos, entre outros).**

Senhor Secretário,

1. O Departamento do Programa Nacional de Imunizações (DPNI) encaminha a Nota Técnica nº 17/2025-DPNI/SVSA/MS (0045978351) e anexo VI 2ª versão (0045982006) com a orientação para substituição de vacinas em situações especiais (desabastecimentos, problemas com produtor/fornecedor, com qualidade e logística de imunobiológicos, entre outros).
2. O Ministério da Saúde seguirá empreendendo esforços para elevar as coberturas vacinais nas estratégias de vacinação, intensificando as ações de rotina com o intuito de concluir o esquema vacinal e respectivamente proteger a população. Este Ministério reafirma a posição em manter o país livre de doenças imunopreveníveis, para isso faz-se necessário adotar medidas que possam mitigar o risco de reintrodução de doenças já controladas, neste sentido traz a orientação para substituição de vacinas em situações especiais.
3. O Programa Nacional de Imunizações permanece alertando sobre a importância e o benefício da vacinação do público-alvo contra as doenças imunopreveníveis, para evitar o recrudescimento de doenças já eliminadas ou sob controle no país.
4. Mediante o tema tratado, solicita-se que esta informação seja amplamente divulgada junto às Unidades da Federação e seus respectivos municípios.
5. Ante o exposto, o Departamento está à disposição para maiores esclarecimentos, por meio do e-mail pni@saude.gov.br e telefone: (61) 3315-3874.

Atenciosamente,

ETHEL MACIEL
Secretária
Secretaria de Vigilância em Saúde



Documento assinado eletronicamente por **Ethel Leonor Noia Maciel, Secretário(a) de Vigilância em Saúde e Ambiente**, em 05/03/2025, às 18:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0046416741** e o código CRC **A364DBE8**.

Referência: Processo nº 25000.152073/2023-10

SEI nº 0046416741

Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente - SVSA
SRTVN 701, Via W5 Norte, Edifício PO700, 7º andar - Bairro Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70719-040
Site - saude.gov.br